

ATA QUARTA SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA - 2021

-----Ao vigésimo nono dia de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e dez minutos, teve lugar no edifício do Centro Cultural e Recreativo da Ribeirinha, "Casa da Lata", sito à Rua Padre António Ornelas Simões, a quarta sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Secretariada por Ana Maria Gomes Codorniz Costa e Ângela Fátima Pereira Borges Pires, na qualidade de primeira e segunda Secretárias respetivamente.-----

-----Procedeu-se à chamada dos membros eleitos presentes, a saber: -----

-----**Pelo grupo do partido social democrata:** -----

-----Marília de Fátima Meneses Soares Luís-----

-----Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda-----

-----Ângela de Fátima Pereira Borges Pires-----

-----Ana Maria Gomes Codorniz Costa-----

-----João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima-----

-----**Pelo grupo do partido socialista:** -----

-----Emiliana Pires Gaspar-----

-----Wendy Mary Toste Ferreira Vieira-----

-----José Vítor Lourenço Miranda-----

-----Pedro Tiago da Rocha Correia-----

-----**Junta Freguesia da Ribeirinha:**-----

-----Alberto Goncalves de Melo-----

-----Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste-----

-----João Davide Pires Leal-----

-----Foi apresentado por José Élio Valadão Ventura um pedido de substituição, enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a trinta dias, nos termos do previsto no artigo 78º da lei 169/99, de dezasseis de setembro, na redação última da lei nº 69/2021, de vinte de outubro. A substituir José Élio Ventura, pela ordem da lista, seria a eleita Patrícia de Fátima Vieira Rocha Martins que apresentou justificação de falta, enquanto membro da Assembleia. Vem assim, em sua substituição a nomeada imediatamente a seguir na lista, Wendy Mary Toste Ferreira Vieira. Francisco Pontes Luís de Melo, terceiro elemento da lista socialista, apresentou também uma justificação de falta, enquanto membro da Assembleia. Imediatamente a

seguir na referida lista, os eleitos Luís Cláudio Couto Lopes, Fátima Maria Gonçalves do Couto Evangelho, Vera Borges Toste, também apresentaram pedidos de justificação de falta enquanto membros da Assembleia, em substituição do senhor Francisco Melo e dos demais subsequentes, compareceu o suplente José Vítor Lourenço Miranda, na qualidade de cidadão posicionado imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. Foi, ainda, apresentada por António Gonçalves Toste Parreira, quarto membro da lista do partido socialista, uma justificação de falta, enquanto membro da Assembleia. Em substituição deste, compareceu o suplente imediatamente posicionado a seguir na ordem da lista, Pedro Tiago da Rocha Correia. As identidades de todos os elementos presentes foram verificadas pelo presidente da Mesa da Assembleia, em conformidade com o artigo 78 conjugado com o artigo 79 da Lei n.º 169/99 de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro, alterada pela Lei n.º 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de trinta de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.---

----- **Período antes da ordem do dia** -----

-----Foi solicitada pelo Presidente da Assembleia autorização para a gravação áudio da sessão, como forma de facilitar o trabalho de elaboração da respetiva ata, não tendo havido oposição ao pedido.-

-----O Presidente da Assembleia informou o público presente que, caso desejasse intervir, este era o momento indicado para a inscrição, sendo a intervenção no final da reunião. O senhor Francisco Henrique Toste Parreira inscreveu-se verbalmente, de forma a legitimar a sua posterior intervenção.

-----O Presidente da Mesa João Lima deixou à consideração de todos os membros eleitos à Assembleia de Freguesia a possibilidade de questionarem o Executivo sobre a administração direta do referido órgão da Freguesia.-----

-----A eleita Emília Gaspar questionou o Executivo sobre a alteração efetuada na página do *Facebook* da Junta, salientando a impossibilidade de comentários nas publicações da página. O Presidente da Junta Alberto Melo depois de cumprimentar toda a Assembleia referiu-se ao assunto, passando a palavra à secretária Helena Toste, mais conhecedora da questão. Esta mencionou que foi alterada esta definição, porque tudo o que se publica é a título informativo, tendo sempre os interessados a possibilidade de deixarem uma mensagem, à qual obterão resposta. Na ótica do grupo socialista, não faz sentido esta alteração, excluindo-se assim a hipótese de comentários e/ou críticas. Emília Gaspar solicitou assim, que se volte ao formato anterior. O Presidente da Assembleia pediu que se registasse em ata o pedido e solicitou ao órgão executivo reflexão sobre o assunto.-----

-----O Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, e fazendo uso do previsto no ponto 2 do artigo 25 do Regimento da Assembleia de Freguesia, a aprovação em minuta das deliberações tomadas em

cada sessão, por forma a que as mesmas, possam adquirir eficácia no dia seguinte ao da sua eventual aprovação, pois esta facilita e agiliza a intervenção do Executivo, sendo esta minuta lida em voz alta no final de cada reunião e assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e pelas Secretárias da mesma. Os eleitos, Emiliania Gaspar e Pedro Correia, intervieram defendendo que este assunto, dado a sua importância, deveria estar na ordem de trabalhos. O Presidente da Assembleia reforçou a importância da minuta das deliberações, pois esta permite ao Executivo uma intervenção imediata, não havendo a necessidade de aguardar pela aprovação da presente ata, que só será aprovada na sessão da Assembleia seguinte.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia disponibilizou tempo para conversação sobre o exposto, resultando numa aprovação de forma unânime.-----

-----O Presidente da Assembleia solicitou à 2ª secretária Ângela Pires a leitura da correspondência recebida e expedida pela Mesa da Assembleia, de forma que todos os membros eleitos tivessem conhecimento do teor da mesma. Esta passou a ler o documento recebido da parte da Vice-Presidência do Governo Regional, datado de quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, com o assunto, Lei da paridade, eleição dos vogais da Junta de Freguesia e dos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia. Em sequência foi feita a leitura dos oitos pontos da ordem de trabalhos do dia, previamente enviados aos membros eleitos da Assembleia e abaixo descritos.-----

-----**Período da ordem do dia**-----

Ponto Um - Atividade da Junta de Freguesia relativa ao período de outubro a dezembro de dois mil e vinte e um.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a intervenção ao Presidente da Junta, Alberto Melo. Este tomou a palavra fazendo a leitura e explicação do documento "Junta de Freguesia da Ribeirinha – Atividades de outubro a dezembro" conforme documento antecipadamente enviado junto com a convocatória à atual Assembleia.-----

-----Após esta intervenção, o Presidente da Assembleia deu a oportunidade aos membros eleitos de levantarem eventuais questões, dúvidas ou esclarecimentos ao mesmo.-----

-----Emiliania Gaspar refere ter sido positiva a forma como decorreu o Mercado de Natal, questionando se estaria previsto atribuir algum apoio às coletividades da Freguesia, visto que anteriormente era concedida na altura do Natal um apoio às mesmas. O Presidente da Junta usou da palavra respondendo que o Mercado de Natal foi uma mais-valia para as coletividades, pois deu-lhes a hipótese de ganharem fundos extra. Referiu ainda que não foram atribuídos apoios complementares por indisponibilidade de verba. Tal apoio será facultado, como previsto, no próximo

ano.-----

-----Emiliana Gaspar questionou o Presidente da Junta sobre quais as três ruas referidas no documento que iriam beneficiar de asfaltagem. Este respondeu-lhe, dizendo que seriam a Rua da Igreja, a Rua Padre Ornelas Simões e a Rua Professor António José de Melo. A eleita referiu ainda a necessidade urgente de asfaltagem da Canada da Praia, na Ladeira Grande. O presidente referiu que será feita uma adenda para asfaltagem de toda a Ladeira Grande. Relativamente a este assunto, Pedro Correia questionou sobre quem será o dono de obra, e qual a data prevista. O presidente do Executivo referiu que será a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, acrescentando que não pode avançar com datas exatas. -----

-----Emiliana Gaspar solicitou informação ao Executivo sobre a Canada do Capitão, particularmente sobre os muros, tendo o Presidente da Junta respondido que haviam efetuado vários contatos junto do empreiteiro da obra, tendo este dito estar com dificuldade de agenda para a conclusão da mesma. O executivo comprometeu-se a efetuar todos os esforços para que a obra seja concluída o mais rápido possível.-----

-----Emiliana Gaspar pediu explicação ao Executivo sobre o espaço à Poça e os Miradouros da freguesia, tendo este respondido que é pretensão requalificar aqueles espaços, estando já em vista também a execução de um trilho pedestre que passe pelos referidos locais.-----

-----Emiliana Gaspar questionou ainda, o Executivo sobre a Habitação degradada da freguesia, nomeadamente o caso do senhor António Lourenço e da senhora Maria do Couto. O Presidente da Junta referiu que, em relação ao primeiro caso, se aguarda disponibilização de verba por parte da Direção Regional da Habitação. Quanto ao segundo caso, a Junta de Freguesia já recebeu uma primeira trans. Porém, face às obras necessárias e solicitadas pela proprietária e tendo em conta o facto de o orçamento para as obras estar desatualizado, a situação é problemática e de difícil resolução. O executivo reuniu com a Direção Regional da Habitação, não estando esta disposta a rever o montante de apoio a conceder. Sobre o último caso, Pedro Correia sugere alteração do empreiteiro, como eventual forma de mudança ao orçamentado. Na opinião do Presidente da Junta, face à atual conjuntura económica, esta sugestão será pouco viável, mas poderá ser considerada.---

-----Emiliana Gaspar questionou o Presidente da Junta sobre o formato que vai ser usado no funcionamento do Gabinete de Apoio ao Agricultor. Tendo este respondido que terá início em fevereiro próximo, a tempo inteiro e na antiga escola da Ladeira Grande, estando já em formação o funcionário que será afeto ao respetivo gabinete.-----

-----Emiliana Gaspar mencionou o anterior interesse manifestado pelo Sr. Luís Cabral em abrir, na

escola da Ladeira Grande, uma mercearia. O Presidente da Junta transmitiu que o mesmo foi contactado e este diz não ter interesse em abrir a referida mercearia. Outros merceeiros também foram contactados e não manifestaram qualquer interesse. A Junta irá continuar a fazer esforços para implementar esta valência naquela zona da freguesia. Emiliana Gaspar pergunta ao Executivo se a Associação Recreativa e Cultural da Ladeira Grande se manterá no edifício da escola da Ladeira Grande. Ao que este respondeu afirmativamente, bem como acrescentou que naquele espaço será também criado um núcleo de proteção civil.-----

-----Emiliana Gaspar questionou ainda sobre quais os carregadouros de gado a serem requalificados, tendo o Presidente da Junta retorquido que serão os da Canada do Mato e Alto da Serra.-----

-----Wendy Vieira questionou o Presidente da Junta sobre quais as Canadas que serão alvo de melhoramentos, tendo este respondido que será a Canada da Serriola, bem como outras duas.-----

-----Emiliana Gaspar questionou o Presidente da Junta sobre a reunião com a Secretária da Educação, nomeadamente sobre quais os assuntos abordados na mesma. Tendo este respondido que foram tratados vários assuntos, formação na área da Informática para idosos, as explicações para crianças de famílias carenciadas. Outro assunto debatido na reunião foi o transporte escolar, concluindo-se que este último continuará a ser assegurado através de protocolo com a Câmara Municipal de Angra até ao final do ano letivo e que possivelmente será renovado. -----

Ponto dois - Apreciação e votação da quinta revisão ao Orçamento dois mil e vinte e um.-----

-----Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao presidente de Junta, dando este a palavra ao tesoureiro João Leal, o qual fez a leitura e explicação do documento "Alterações Modificativas de Receita", conforme documento antecipadamente enviado junto com a convocatória à atual Assembleia. Este afirma que não houve grandes alterações no orçamento. Porém houve ligeiros aumentos em algumas receitas, principalmente no Imposto Municipal sobre Imóveis. Na totalidade houve um reforço na ordem dos novecentos euros. Esta alteração na receita implicou uma alteração na despesa, do mesmo valor.-----

-----O Presidente da Assembleia colocou o assunto a discussão podendo, assim, os membros da Assembleia de Freguesia levantar eventuais questões ao Tesoureiro João Leal. Não havendo mais questões, o Presidente da Assembleia explicou que as votações serão efetuadas através de braço no ar pelos eleitos presentes na reunião da Assembleia tendo solicitado a colaboração de todos, de forma a facilitar o trabalho das secretárias da Mesa.-----

-----O plano foi posto à apreciação e votação da Assembleia de Freguesia resultando em cinco votos a favor por parte dos membros do partido Social Democrata e quatro abstenções dos membros do partido Socialista. Sendo este aprovado por maioria. -----

Ponto três – Apresentação e Aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Grandes Opções para o plano de dois mil e vinte e dois.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Sr. Presidente da Junta, o qual deu a palavra ao Tesoureiro. Este último informou que o plano foi aprovado a dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um, pelo órgão Executivo, de forma a ser apresentado e colocado a votação nesta Assembleia. Salientou que o orçamento total se encontra no valor de cento e trinta e quatro mil seiscentos e quinze euros e vinte e cinco cêntimos. Sendo que a receita corrente totaliza noventa e seis mil quatrocentos e três euros e a receita de capital trinta e oito mil duzentos e doze euros e vinte e cinco cêntimos. Tendo em conta que os membros da Assembleia têm em sua posse o orçamento detalhado foi efetuado um resumo do GOP, descrevendo as receitas e despesas. Efetuou também a leitura do Plano de Atividades, do Plano de Investimentos e Plano Plurianual de Investimentos, identificando as principais iniciativas que o executivo da junta pretende realizar.-----

-----O Presidente da Assembleia colocou a assunto a discussão da Mesa.-----

-----Wendy Vieira questionou o Tesoureiro sobre a efetiva existência de dois espaços alugados na escola antiga da Ribeirinha e se houve alteração nas rendas, pois detetaram uma diferença de duzentos euros no valor global na rubrica das rendas.-----

-----João Leal informou que os duzentos euros se devem à intenção do executivo da Junta de Freguesia de voltar a receber renda, nem que seja um preço simbólico da Associação de Jogos de Sala, com sede na escola de Santo Amaro, pois desde o início da pandemia a renda havia sido suspensa.-----

-----Wendy Vieira argumentou sobre duas rubricas a zero. João Leal respondeu que estão a zero porque não teve necessidade de as utilizar, uma vez que se conseguiu alocar as despesas nas rubricas existentes, e que realmente não há necessidade de as mesmas estarem a zero.-----

-----Wendy Vieira questionou sobre o que se pretende efetuar na canada do Serriola, relativamente ao Plano de Investimentos para 2022. João Leal informou que a intenção do executivo é ampliar o acesso, ligar à canada dos FONSECAS, disponibilizar água para a lavoura, não havendo ainda compromisso das entidades oficiais para o efeito, dado que processo está ainda numa fase embrionária.-----

-----Wendy Vieira solicitou esclarecimentos sobre o monumento que se pretende edificar em

memória do Capitão de Ordenanças Manuel Jaques de Oliveira e se já havia local definido. Alberto Melo, Presidente da Junta, respondeu-lhe que ainda não há o lugar exato.-----

-----Emiliana Gaspar, relativamente ao Plano Atividades, questionou o Executivo de como este pretende apoiar os idosos no próximo ano, se financeiramente, ou de outra forma e se já tem valores. João Leal transmite que ainda não está decidido, poderá ser apoio financeiro ou de outra forma, dependendo de vários fatores, um deles a pandemia.-----

-----Emiliana Gaspar quis saber em que consistem os serviços de apoio à população, onde serão prestados, como e quando. João Leal refere que o que está equacionado é a prestação destes serviços na antiga escola de Santo Amaro, em regime pós-laboral, durante determinados dias da semana, podendo haver a possibilidade de inscrição prévia dos interessados, com data previsível para a sua abertura em janeiro próximo.-----

-----Emiliana Gaspar perguntou ainda ao Executivo qual o serviço a ser prestado no Gabinete de Aconselhamento Jurídico, se este será executado por um jurista e se haverá uma avença. Helena Toste respondeu que os serviços de apoio à população, Gabinete Jurídico e de apoio à Construção Civil, serão prestados em regime de voluntariado.-----

-----Pedro Correia questionou o Executivo sobre a forma como funcionará o Gabinete de Apoio à Construção Civil. O Presidente da Junta respondeu que este serviço consiste em orientar os interessados na parte burocrática, licenciamento de obras ou outros e que será prestado por uma arquiteta. Pedro Correia recomenda que este tipo de serviço deverá ser prestado pelo Gabinete de Apoio Jurídico, uma vez que, pode gerar confusão por parte da população da freguesia a que se refere o apoio aos serviços de construção civil. Desta forma, o Gabinete de Apoio Jurídico pode tratar dos mesmos serviços e/ou assuntos que o apoio aos serviços de construção civil, sendo que deverá ser explicado aos interessados do que se realmente trata os serviços anteriormente referidos. Mais informou que, estes mesmos serviços, deverá ser realizado por um engenheiro civil e não por uma arquiteta, sendo que o engenheiro civil, ou um jurista, encontra-se mais à vontade para explicar e/ou ajudar na parte burocrática.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto três, sendo este aprovado por maioria, com cinco votos favoráveis pela parte do grupo do partido Social Democrata e quatro abstenções dos membros do partido Socialista.-----

Ponto quatro – Autorizar a compra do seguinte imóvel: Prédio Urbano Artigo 887, sito ao Terreiro do Paço, número três, 9700- 444 Angra Heroísmo a Maria Jesus Martins Pereira Fortuna viúva de Francisco Ribeiro Fortuna Pereira e seus herdeiros Carina de Jesus Pereira Fortuna, Lisa Ângela

Pereira Fortuna e Adérito Francisco Pereira Meneses Fortuna para habitação Social apoiada a Diogo António Silva Ormonde com grau de incapacidade permanente de oitenta e quatro por cento.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Sr. Presidente de Junta, tendo este remetido a palavra à Secretária Helena Toste que efetuou o enquadramento, esclarecendo o tipo de apoio da Direção Regional da Habitação para a aquisição do imóvel a favor da Junta de freguesia da Ribeirinha, bem como das respetivas obras a efetuar no imóvel. Referiu ainda que se pretende, posteriormente, arrendar em regime de habitação social a Diogo Ormonde. O atual Executivo disse ter noção de que se abre um precedente com a aquisição deste imóvel. Ainda assim é intenção do mesmo cumprir com o compromisso do anterior Executivo perante o agregado familiar anteriormente referido. Em caso da aprovação desta aquisição, a atual Junta tudo fará para concluir as obras necessárias a efetuar no imóvel, explicando que será efetuado um contrato de arrendamento com uma mensalidade reduzida. -----

-----O Presidente da Assembleia, colocou o assunto a discussão da Mesa.-----

-----Emiliana Gaspar, questionou o porquê deste assunto vir à Assembleia de Freguesia, pois conforme o artigo 16 da legislação da lei 75/2013 na alínea C), a Junta de Freguesia poderia adquirir o imóvel, uma vez que a lei permite a aquisição de imóveis até duzentas e vinte vezes a remuneração mínima mensal garantida, no caso de freguesias como a nossa, até cinco mil eleitores, sem que houvesse necessidade de aprovação da Assembleia de Freguesia. A Secretária Helena Toste referiu que se tratou de pedido efetivo da Direção Regional de Habitação, de forma a dar seguimento ao processo.-----

-----O Tesoureiro João Leal mencionou que será compromisso do atual Executivo colocar sempre à aprovação da Assembleia de Freguesia a aquisição de património.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que o que está em causa é a Junta de Freguesia ser financiada para a aquisição do imóvel pela Direção Regional Habitação em vinte e cinco mil euros, as obras orçamentadas serem de quarenta e dois mil euros e que o apoio para as obras pela Direção Regional Habitação ser apenas de vinte e cinco mil euros, ficando à responsabilidade da Junta a quantia de dezassete mil euros. O Presidente da Junta assegurou que, para já, não existe verba disponível para este fim.-----

-----José Vítor Miranda questionou a verba de quarenta e dois mil euros para as obras, pois conhece o imóvel em causa e acha exagerado. Helena Toste acrescentou que este foi o orçamento apresentado pelo empreiteiro que foi ver a obra, este avaliou tudo o que tem de ser feito para o melhoramento, quer interior, quer de acesso (rampa), orçamento este de março de dois mil e vinte



e um.-----

-----O Presidente da Assembleia, bem como todos os eleitos, concordam que esta é uma situação sensível, pelo facto de ser uma família com um jovem/adulto com muitas limitações e que carece de muito apoio.-----

-----O Presidente da Assembleia levou este ponto a votação, tendo obtido aprovação favorável por unanimidade.-----

Ponto cinco – Autorizar o executivo da Junta de Freguesia no decorrer do próximo ano de dois mil e vinte e dois a celebrar protocolos /contratos de cooperação com entidades públicas ou privadas, para realização de investimentos na freguesia.-----

-----Foi proposto a aprovação das três minutas de protocolo com o Município de Angra do Heroísmo, que foram previamente entregues aos membros eleitos desta Assembleia. A saber: a minuta de protocolo, referente à inumação de cadáver em sepultura ou jazigo, a minuta de protocolo referente ao contrato interadministrativo de delegação de competências anuais (limpezas e manutenções) e a minuta de protocolo, referente ao contrato interadministrativo (requalificação, reparação e manutenção equipamentos).-----

-----Teve a palavra o Presidente da Junta, tendo este explicado a importância do assunto em discussão para a atividade da Junta de Freguesia, destacando, particularmente, as três minutas. -----

-----O Presidente da Assembleia interveio referindo que o que estava em discussão era a aprovação efetiva das três minutas de protocolo com o Município de Angra Heroísmo, bem como outros protocolos e contratos de cooperação. Ou seja, em caso de aprovação serão facultados meios ao executivo para os poder firmar, porém sempre com a posterior ratificação da Assembleia de Freguesia. De seguida, foi colocado novamente o assunto a discussão, podendo os membros da Assembleia de Freguesia levantar eventuais questões ao Executivo.-----

-----Emiliana Gaspar manifestou a sua concordância com a autonomia necessária para o Executivo poder celebrar acordos de cooperação, questionando o mesmo sobre as minutas, nomeadamente a de protocolo, referente ao contrato interadministrativo de delegação de competências anuais, relativamente ao facto de perceber/confirmar se a verba já estaria inscrita no orçamento e efetivamente aprovada pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

-----João Leal respondeu afirmativamente, fazendo referência que a disponibilização da verba pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo carece de aprovação prévia da respetiva minuta nesta Assembleia. Fez também nota de que relativamente ao contrato interadministrativo “My Angra” não

foi incluído no orçamento, porque carece da aprovação prévia da mesma Câmara, relativamente aos diversos eventuais projetos, podendo ou não ser aprovados.-----

-----Após discussão e esclarecimentos sobre este ponto, o Presidente da Assembleia levou o mesmo a votação, sendo este aprovado por unanimidade.-----

Ponto seis – Apreciação e votação da alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que aquando da impressão da ordem de trabalhos da convocatória houve um lapso, pois foi mencionado que se pretendia alterar o regulamento, quando o que se pretendia era alterar o regimento. Assim, e conforme o artigo 28º do regimento, é proposta a alteração do mesmo, nomeadamente nos artigos 18º e 21º. No artigo 18º foi proposta a votação desta Assembleia, a inserção da possibilidade referida no ponto quatro, conforme a proposta de alteração de regimento entregue previamente aos eleitos da assembleia, ou seja, possibilitar aos eleitos que manifestem interesse à mesa da assembleia por escrito, para que estes possam vir a receber as convocatórias para as assembleias futuras via email, como forma de agilizar procedimentos, ainda para mais num contexto de pandemia Covid 19. Deste modo, considerou ser oportuno colocar esta alteração à aprovação da Assembleia. Isto porque, atualmente, os eleitos são convocados por carta registada, os quatro primeiros elementos do Partido Socialista e os primeiros cinco do Partido Social Democrata, e tal torna-se mais moroso e com custos para a junta de freguesia. No artigo 21º foi proposta a votação a alteração da alínea c), conforme a proposta de alteração de regimento entregue previamente aos eleitos da Assembleia. Trata-se, apenas e só, de atualizar o artigo da lei, pois atualmente o artigo em vigor é o 12º da lei 75/2013, de dezoito setembro, ao passo que o artigo que consta do atual Regimento está desatualizado.-----

-----O Presidente da Assembleia, colocou o assunto a discussão.-----

-----Emiliana Gaspar, sugeriu que, futuramente, fosse indicado o que se propõe alterar, de forma a facilitar a compreensão do que se pretende mudar. Sugeriu ainda que fosse acrescentada data ao regimento.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou este ponto a votação. Tendo sido aprovado favoravelmente por unanimidade.-----

Ponto sete - Apreciação e votação da alteração da Tabela Geral de Taxas da Freguesia. -----

-----O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Junta e este, por sua vez, solicitou ao Tesoureiro que fornecesse as informações relativas a este ponto. João Leal assegurou que, relativamente às taxas, não encontrou no arquivo da Junta nenhum documento assinado,

tendo-se, então, orientado pelo que estava publicado no site oficial da Junta. Este acrescentou não terem sido efetuadas alterações nas taxas, fez-se apenas uma ligeira alteração no artigo 6º, ao título “Licenciamento e Registo de Canídeos e Gatídeos”, incluíram-se os furões e passou, assim, a designar-se “Licenciamento e registo de Canídeos, Gatídeos e Furões”. -----

-----João Leal referiu ainda que, no artigo 7º, não era previsto cobrar taxa sobre a exumação de ossadas, pelo que se acrescentou este serviço, sobre o qual será cobrado o valor de cem euros. -----

-----Emiliana Gaspar interveio dizendo que comparando um documento com o outro percebeu que a questão dos Furões que acrescentaram no artigo 6º e no artigo 4º na alínea b) foi adequado. Chamou a atenção para a taxa devida pelo registo de Canídeos e Gatídeos estar desatualizada, pois registava dois euros quando a taxa que a lei estipula é superior, sendo de dois euros e meio. A este respeito deu nota, no entanto, que já o anterior executivo não havia atualizado este valor, por forma a não ser mais custoso para os caçadores. Não estando determinado na tabela o preço das licenças dos Furões questiona se será cobrado algum valor, sendo que em caso negativo sugere que deverá constar exatamente esta referência na tabela (acrescentar que os furões estão isentos). Não estando determinado na tabela o preço das licenças dos Furões, ou seja, questiona a legalidade de cobrar apenas o registo dos Furões e isentar o licenciamento dos mesmos. João Leal disse que a ideia inicial era apenas cobrar taxa pelo registo dos furões e não pelo licenciamento. Emiliana Gaspar insiste na legitimidade da isenção do licenciamento dos furões.-----

-----João Leal adiantou ter obtido vários pareceres jurídicos, todos em concordância com a referida isenção. Este último refere ainda as imensas pressões dos caçadores, pois, alegam que o período previsto para a atividade da caça é tão limitado que não justifica suportar o encargo do licenciamento dos Furões.-----

-----Emiliana Gaspar destacou o conhecimento da Wendy Vieira, como membro da atual e anterior Assembleia de Freguesia, e por referência ao informado pelo anterior Presidente da Assembleia, enquanto jurista, que para se proceder a alterações de taxas, estas devem ser devidamente fundamentadas com base na lei ou outra qualquer referência. Fundamentação esta que deve ser apresentada também para a taxa a cobrar pela exumação de ossadas que o executivo propõe adicionar-----

-----João Leal, a propósito das taxas a aplicar sobre transladação e exumação, refere que o preçário justifica-se ser igual, tendo em conta que o encargo, por parte da Junta, é o mesmo, pois basicamente é tirar as ossadas e dar-lhes destino a quem de direito.-----

-----Emiliana Gaspar referiu que os atos de exumação de ossadas obedecem a processos judiciais,

com regras rígidas e bastante específicas, alertando para a importância de se cumprir com a legalidade dos mesmos. Esta sugeriu que este documento fosse discutido na próxima Assembleia, de forma que o executivo pudesse apresentar a fundamentação necessária sobre as taxas a aplicar/isentar (designadamente sobre os Furões, bem como a Exumação de ossadas).-----

-----Pedro Correia interveio sobre o tema da transladação e exumação, dizendo não achar certo levar o mesmo preço por ambos os serviços por serem ambos semelhantes. Wendy Vieira diz achar ser essencialmente um problema jurídico.-----

-----João Leal contesta alegando que para a Junta fazer transladação ou Exumação, em termos de trabalho é o mesmo, ou seja, o funcionário, ou pessoa competente para a função terá o mesmo trabalho, daí estes terem o mesmo preço, cem euros.-----

-----O Presidente da Assembleia levou a votação este ponto sete, resultando em quatro votos contra por parte dos membros do partido socialista e cinco votos a favor dos membros sociais-democratas, sendo assim, aprovado por maioria.-----

-----Emiliana Gaspar justificou a opção de voto do grupo socialista pela não apresentação de fundamentação para as taxas a aplicar.-----

-----João Leal referiu que mesmo estando aprovado não é assunto encerrado, o executivo irá procurar outros apoios jurídicos sobre o assunto.-----

-----O Presidente da Assembleia solicitou ao executivo uma melhor fundamentação sobre as questões em causa, procurando outros pareceres jurídicos.-----

Ponto oito - Outros assuntos.-----

-----O Presidente da Assembleia deu a oportunidade aos presentes eleitos para exporem assuntos não tratados nos pontos anteriores e que achassem pertinente serem abordados.-----

-----O Presidente da Assembleia aproveitou para referir estar disponível a minuta, para quem a pretendesse assinar, conforme aprovado no ponto seis, de forma que as futuras convocatórias para as reuniões da Assembleia possam ser enviadas via e-mail. Convidou todos os elementos da Assembleia a, no final da sessão, dirigirem-se à mesa para assinarem a mesma. Pediu ainda apoio aos presentes para levarem as minutas aos colegas de lista ausentes nesta Assembleia, de forma que todos possam conceder por escrito o seu consentimento para receberem as convocatórias para as reuniões da Assembleia via e-mail. O Presidente da Assembleia, fez também referência que a ata desta sessão será apresentada na sessão seguinte, ou seja, em abril de dois mil e vinte e dois, para aprovação.-----

-----Wendy Vieira interveio sugerindo que devido à situação de pandemia, e se assim se justificar,

deveriam ser repensadas as reuniões de forma presencial, dando preferência às assembleias via online, através de plataformas digitais.-----

-----A secretária, Helena Toste, explicou ter havido pedidos para que esta reunião fosse presencial, de forma a poder haver intervenção do público e ainda referiu que foram confrontados com a sugestão das Assembleias serem transmitidas na página da Junta.-----

-----O Presidente da Assembleia alegou que, tendo em conta os poucos recursos da Junta, a prioridade seria mesmo programar a possibilidade da próxima reunião ser via online, a título preventivo, dada a situação pandémica, devendo, assim, o executivo estudar este formato de reunião de forma a que se necessário seja praticável.-----

-----Wendy Vieira alertou o Executivo para o facto de vários moradores da freguesia não terem recebido o calendário oferecido pela junta. Helena Toste referiu que iriam averiguar junto dos responsáveis pela distribuição dos calendários as possíveis falhas na sua distribuição.-----

-----Emiliana Gaspar aproveitou, ainda, para questionar de novo o Presidente do Executivo sobre a Canada da Praia. Alberto Melo interveio dizendo que houve atrasos, mas estava prevista a pavimentação da mesma para janeiro ou fevereiro próximo.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia deu o ponto oito como terminado.-----

-----O Presidente da Assembleia solicitou à primeira secretária, Ana Costa, que lesse a minuta das deliberações hoje tomadas. Esta procedeu à respetiva leitura, tendo sido aprovada pelos membros da Assembleia de Freguesia, de forma unanime, sendo assim, esta foi assinada pela Mesa da Assembleia.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu por terminada a ordem de trabalhos.-----

-----Posteriormente, seguiu-se o momento de intervenção do público que se havia inscrito previamente.-----

-----O Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Francisco Parreira. Este último cumprimentou a Mesa, bem como todos os membros da assembleia e o executivo. Este, na qualidade de cidadão da freguesia, e por uma questão de cidadania veio informar esta Assembleia estar a liderar um trabalho solicitado por sócios da Cooperativa Leitaria da Ribeirinha, de forma a encontrar uma solução para o destino do edifício da Cooperativa para um futuro centro de dia/noite, propostas apresentadas pelas candidaturas às últimas eleições para a Junta. Continuou mencionando que o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha já havia apresentado, aqui neste espaço da Casa da Lata, um estudo prévio com projeto para o centro de dia da Ribeirinha, no espaço da Cooperativa. Colocando-

se numa posição neutral, disse que, depois de observar todos os documentos que procurou, bem como os que lhe chegaram às mãos, principalmente os estatutos de trinta de agosto de mil novecentos e dezassete e a alteração feita posteriormente, conclui que os estatutos conferem direitos aos sócios vivos bem como aos herdeiros dos sócios já falecidos e que estes não foram convocados para a reunião de doação da Cooperativa. Este disse ainda que os sócios da Cooperativa que o convidaram para ajudar nesse processo acham que não foi feito o mais apropriado, pois dos vinte e três sócios que constam da lista só treze assinaram a dita doação, este disse ainda não se poder considerar um contrato de doação, mas sim um contrato de privilégio.-----

-----Francisco Parreira deu uma breve explicação sobre a origem da Cooperativa. Disse que esta nasceu com o pagamento de uma joia dos sócios fundadores e mais tarde dos sócios aderentes. Foi com esse dinheiro e com os não dividendos pela não distribuição de lucros da primeira Cooperativa que compraram o terreno e construíram o atual edifício.-----

-----O Presidente da Junta reforçou total disponibilidade para colaborar com o exposto pelo senhor Francisco Parreira, colocando à disposição o presente espaço para necessárias reuniões e disse que podem contar com a Junta para o tudo o que seja em prol do bem da Freguesia.-----

-----Emiliana Gaspar referiu haver aqui duas questões distintas: uma tem a ver com o centro de dia por si só, a outra é que o centro de dia não deve estar dependente deste espaço. Esta aproveitou assim para questionar o executivo sobre o centro de dia e qual o apoio do governo para a realização do projeto.-----

-----Dado que o senhor Francisco Parreira já havia esgotado o seu tempo de intervenção, o Presidente da Assembleia não concordou que o momento fosse adequado para colocar esse assunto ao Executivo, embora concordasse que a questão fosse válida, este ainda, reforçou que o interveniente do público não levantou qualquer questão ao Executivo, veio apenas transmitir o trabalho que lhe foi incumbido por sócios da Cooperativa, bem como solicitar ao Executivo espaço para as eventuais reuniões.-----

-----Emiliana Gaspar reiterou considerar que faz sentido colocar aquela questão ao executivo naquele ponto específico, tendo dado nota de que se pode inteirar sobre esta possibilidade (considerando o que dispõe o Regimento de Funcionamento da Assembleia), dado que considera que todos têm a ganhar se os assuntos forem abertamente discutidos.-----

-----Wendy Vieira salientou a disponibilidade do Executivo da Junta para colaborar no assunto sugerindo ainda que a Direção do Centro Social e Paroquial deveria ser convocada para as reuniões sobre o assunto em causa.-----

-----José Vítor Miranda bem como o Presidente da Assembleia enaltecera a atitude do senhor Francisco Parreira se dispor a tentar resolver um problema tão sensível à Freguesia.-----

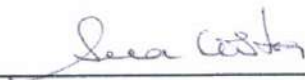
-----Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu aos presentes a forma como decorreu a Assembleia e aproveitou para desejar a todos a continuação de umas festas felizes e um bom dois mil e vinte e dois. Deu assim, os trabalhos encerrados pelas vinte e três horas e três minutos.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)

A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,



(Ana Maria Gomes Codorniz Costa)